

Sigilo bancário esquenta as discussões no Senado

26 MAI 1990

A questão do sigilo bancário deverá ser objeto de sucessivos debates no Senado Federal durante a próxima semana. Na sessão de ontem, o assunto já começou a dividir opiniões, com alguns senadores governistas achando que as informações sobre operações bancárias realizadas no País nos 30 dias que antecederam ao plano econômico serão para consumo interno. Do Congresso os opositoristas, ao contrário, asseguram que, se constatarmos irregularidades, ficamos obrigados a denunciá-las, sob pena de conivência.

O presidente do Senado, Nelson Carneiro, (PMDB/RJ) anunciou que tão logo receba as informações da ministra da Economia remeterá a documentação ao senador Jamil Haddad: (PSB/RJ). Ele será o juiz de divulgá-las ou não. Carneiro também não lerá nada em plenário, preferindo delegar ao autor do pedido o exame de conteúdo e sua utilidade.

Foi sob alegação de sigilo bancário que a ministra Zélia

Cardoso de Mello se negou a entregar as informações requeridas pelo senador Jamil Haddad. Mas ontem ela foi convocada a responder ao requerimento do senador dentro de 24 horas. Anunciada a decisão do Senado, o debate sobre o destino das informações foi iniciado imediatamente.

O senador Gerson Camata, do Espírito Santo, advertiu o plenário de que ao obrigar a ministra a prestar as informações, o Senado a estava liberando de cumprir o sigilo bancário. Mas, também, passava a responder por ele, com o que discordaram outros parlamentares. Camata chegou a prever a próxima etapa de discussão no plenário: liberada a ministra do sigilo bancário, o senador Jamil Haddad também estaria liberado, ao receber as informações? Ele acha que não, a não ser que uma nova consulta seja realizada à Comissão de Constituição e Justiça, ou até mesmo ao Supremo, visando apurar o papel do político nessa circunstância.

CORREIO BRAZILIENSE